EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA INFÂNCIA: COMO A TECNOLOGIA AJUDA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

ANDRÉIA NUNES SAPUCAIA TOSI

RESUMO:

O presente trabalho tem objetivo de analisar conceitos da educação inclusiva na infância. A educação Brasileira dentro da história tem um grande papel. Ela está ligada à História do Brasil e suas etapas. Foi observada a história da educação dentro dos fatos históricos marcantes. O uso de tecnologias assistivas aliadas a um currículo adaptado e metodologias didático-pedagógicas que contemplem as necessidades individuais de cada pessoa com deficiência fazem da escola uma Instituição Inclusiva. O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação, constituindo um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Inclusão. Tecnologia Assistiva.

ABSTRACT:

THE PRESENT WORK AIMS TO ANALYZE CONCEPTS OF INCLUSIVE EDUCATION IN CHILDHOOD. BRAZILIAN EDUCATION WITHIN HISTORY HAS A GREAT ROLE. IT IS LINKED TO THE HISTORY OF BRAZIL AND ITS STAGES. THE HISTORY OF EDUCATION WAS OBSERVED WITHIN THE STRIKING HISTORICAL FACTS. THE USE OF ASSISTIVE TECHNOLOGIES COMBINED WITH AN ADAPTED CURRICULUM AND DIDACTIC-PEDAGOGICAL METHODOLOGIES THAT ADDRESS THE INDIVIDUAL NEEDS OF EACH PERSON WITH DISABILITIES MAKE THE SCHOOL AN INCLUSIVE INSTITUTION. THE GLOBAL MOVEMENT FOR INCLUSIVE EDUCATION IS A POLITICAL, CULTURAL, SOCIAL AND PEDAGOGICAL ACTION, LAUNCHED IN DEFENSE OF THE RIGHT OF ALL STUDENTS TO BE TOGETHER, LEARNING AND PARTICIPATING, WITHOUT ANY TYPE OF DISCRIMINATION, CONSTITUTING AN EDUCATIONAL PARADIGM BASED ON THE CONCEPT OF HUMAN RIGHTS.

KEYWORDS: Education. Inclusion. Assistive Technology.

1 INTRODUÇÃO

A criança dentro do sistema educacional já deve ser considerada um conceito de inclusão para todos. As políticas públicas educacionais representam a organização entre a população e as instituições de ensino, mas, ocorre um desalinhamento de uma realidade educativa com as propostas de ensino, gerando conflitos educacionais que não conduz a um aprendizado subjetivo e objetivo com as transformações sociais.

A justificativa do tema é que a inclusão de crianças com necessidades especiais, se não for bem direcionada na forma de acolhimento, mediação, projetos interdisciplinares, além da tecnologia assistiva que é um recurso primordial na inclusão para os papéis sociais se ajustarem para que o processo educativo não se torna excludente e deixa de cumprir a função social da educação para todos e para todas as diferenças. O conceito de políticas públicas voltadas para a educação, entra dentro de um consenso ou complexidade entre as práticas educativas e as bases legais do direito ao acesso da educação e aprendizagem.

Diante disso, como a tecnologia pode ajudar no processo de aprendizagem da educação inclusiva na infância?

O objetivo geral do trabalho é analisar como a tecnologia pode ajudar no processo de aprendizagem da educação inclusiva na infância e os objetivos específicos são verificar aspectos históricos da educação inclusiva; analisar o contexto da educação infantil inclusiva; e identificar como a tecnologia pode ajudar no processo de aprendizagem da educação inclusiva na infância.

A metodologia do trabalho realizado foi a pesquisa bibliográfica, em artigos e livros. Sendo este estudo, realizado por meio da análise de conteúdos, relacionados aos documentos oficiais, bem como legislações que viabilizaram a pesquisa, os quais, se destacam: Lei Nº 11.769, de 18 de agosto de 2008, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e a Base Nacional Comum Curricular.

ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ao longo da história anterior e posterior ao século XVIII, as pessoas tidas como anormais sofreram inúmeras práticas de exclusão e de extermínio. No final da Idade Média, os reconhecidos como anormais ganham direito à vida, porque são reconhecidos pela Igreja como criaturas de Deus. A partir da intervenção da Igreja sobre a vida dos anormais, o entendimento sobre a anormalidade passou a ser de domínio metafísico e religioso. Isso significa que distintos entendimentos ora posicionavam os anormais entre os acontecimentos demoníacos, ora os colocavam como castigos (LOPES; FABRIS,

2013).

O que importa destacar após o domínio do cristianismo, é que a anormalidade deixou de estar na ordem da exclusão e passou a compor a ordem da segregação, ou seja, da morte ou do desaparecimento social, os anormais, passaram a ser segregados/discriminados (LOPES; FABRIS, 2013, p. 47).

Eles não deixavam de existir, mas sua existência era conduzida e explicada pela Igreja e dentro dos princípios da moral cristã. Dessa forma, a condução das condutas dos anormais estava orientada por uma forma de governamento pastoral.6 A forma de conduzir visível no poder pastoral que atribuiu aos anormais proteção divina, estava mergulhada em uma áurea mística forte até o século XVIII (LOPES; FABRIS, 2013).

Em resumo, no início da Idade Média, aqueles considerados anormais eram excluídos, pois sua existência era eliminada e não se constituíam como uma preocupação da monarquia (LOPES; FABRIS, 2013).

No final da Idade Média os anormais foram abrigados no manto da Igreja: passaram a ser considerados criaturas de Deus e, por isso, mereciam permanecer vivos. A existência de tais sujeitos com a proteção da Igreja gerou processos de segregação, ou seja, eram separados dos demais para que não se tornassem uma ameaça a todos (LOPES; FABRIS, 2013).

Conforme Brasil (2006) é possível identificar que o período que antecede o século XX é marcado por atitudes sociais de exclusão educacional de pessoas com deficiência, porque eles eram considerados indignos ou incapazes de receber uma educação escolar, constando dentro dos estudos científicos da época uma tentativa de demonstrar as possibilidades de tratamento da deficiência, predominavam as concepções filosóficas de marginalização e segregação dessas pessoas.

Logo após, na década de 50, conforme Brasil (2006) começaram a surgir as primeiras escolas especializadas e as classes especiais, no qual a Educação Especial se consolidava como um subsistema da Educação Comum, se tornando um período no qual predominou a concepção científica da deficiência, acompanhada pela atitude social do assistencialismo presente na Idade Média e reproduzido pelas instituições filantrópicas de atendimento aos alunos com deficiência.

Depois, a resposta da frequência dos alunos com deficiência nas classes comuns, de acordo com Brasil (2006) foi na década de 70, com o surgimento da proposta de integração, surgiu o avanço dos estudos nas áreas de Psicologia e Pedagogia que passaram a demonstrar as possibilidades educacionais desses alunos. Predominava a atitude de educação/reabilitação como um novo paradigma educacional. Entretanto, coexistia também uma atitude de marginalização por parte dos sistemas educacionais, que não ofereciam as condições necessárias para que os alunos com deficiência alcançassem sucesso na escola regular.

Nas décadas de 80 e 90, conforme Brasil (2006), teve início a proposta de Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, numa perspectiva inovadora em relação à proposta de integração da década de 70, cujos resultados não modificaram muito a realidade educacional de fracasso desses alunos, mas a proposta de inclusão propôs que os sistemas educacionais passem a ser responsáveis por criar condições de promover uma educação de qualidade para todos e fazer adequações que atendam às necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência, contrapondo à homogeneização de alunos, conforme critérios que não respeitam a diversidade humana.

De acordo com Brasil (2001) a educação é o principal alicerce da vida social e no desempenho dessa função social transformadora, que visa a construção de um mundo melhor para todos, a educação tem uma tarefa clara em relação à diversidade humana: trabalhar como fator de crescimento de todos no processo educativo, trabalhando desde a escola o convívio e a valorização das diferenças.

Pereira (2011) coloca que a Educação Infantil tem um papel fundamental na formação do sujeito e reflete uma melhora significativa no aprendizado da criança, entretanto nem sempre a infância teve sua importância reconhecida e valorizada, tudo é uma conquista e uma mudança do tempo e da sociedade.

Pereira (2011) então relata que a Educação Infantil contribui na formação social das crianças, de zero a seis anos, sendo que as diversas formas de a criança se expressar, nos atos, nas brincadeiras, nas conversas com outras crianças etc. nos mostram sequências múltiplas de produções significativas.

Como concepções de infância são construções históricas, em cada época predominam certas ideias de criança, de como esta se desenvolve e quais comportamentos e conhecimentos ela deve apresentar. Para entender este processo, é preciso pensar como circulam em nossa sociedade concepções sobre o desenvolvimento da criança, e o papel da família, da comunidade, da instituição educacional e dos órgãos governamentais na educação de meninos e meninas. (OLIVEIRA, 2012, p. 20).

Conforme Pereira (2011) a Educação Infantil é um espaço onde se produz conhecimento partindo, primeiramente, da realidade, criatividade e autonomia da criança, o

que reflete suas principais características e durante a infância, a imaginação, a fantasia, o faz-de-conta, são elementos prazerosos que fazem parte das suas relações diárias, principalmente nas brincadeiras, onde, muitas vezes, dão um novo significado a questões já vivenciadas, a necessidades, vontades, expressando, através de seus atos, o que vive, pensa e sente.

Compreende-se que a criança, infância e educação como categorias constituídas em processos históricos, sociais e culturais, no qual dentro dessa direção, os processos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças pequenas e os conhecimentos construídos são estabelecidos em uma relação intrinsecamente associada aos processos gerais de constituição da criança, uma vez que toda e qualquer aprendizagem é consequência das relações que elas estabelecem com a realidade social e natural no âmbito de uma infância situada. (OLIVEIRA, 2017).

De acordo com Mosqueira (2012) para atender ao aluno especial, a escola inclusiva precisa de algo mais do que apenas fornecer conteúdos, necessita além de transmitir conhecimentos, encaminhar propostas criativas e interessantes que diversifiquem as formas de aprendizagem. "Talvez seja esse um dos grandes problemas da escola inclusiva no Brasil: um currículo conflitante, sem uma proposta clara." (MOSQUEIRA, 2012, p. 122).

De acordo com Camara (2015) o processo de aprendizagem pode ser analisado a partir de perspectivas diversas, desembocando em diferentes teorias, nos humanos, este processo está relacionado ao desenvolvimento pessoal e à educação, facilitando quando há motivação do indivíduo.

Sendo assim, de uma forma crescente a inclusão tem sido potencializada visando, entre outras conquistas, minimizar os prejuízos e as inúmeras exclusões geradas pelas práticas que exploraram e discriminaram segmentos da população ao longo da história. Tais práticas abarcam todos aqueles que sofreram, em distintos tempos e espaços, discriminação negativa, ou seja, todos aqueles que ao serem discriminados, não foram devidamente contemplados e escutados do lugar onde enunciam suas verdades e suas necessidades (LOPES, 2013, p. 21).

Silva Neto et al (2018) coloca que a Educação Inclusiva é a transformação para uma sociedade inclusiva, um processo em que se amplia a participação de todos os alunos nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas, de modo que estas respondam à diversidade dos alunos. É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, no artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que "os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino". Também nessa década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva (BRASIL, 2007).

INCLUSÃO E POLÍTICAS

Em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de "integração instrucional" que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que "(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais" (p.19). Ao reafirmar os pressupostos construídos a partir de padrões homogêneos de participação e aprendizagem, a Política não provoca uma reformulação das práticas educacionais de maneira que sejam valorizados os diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum, mas mantendo a responsabilidade da educação desses alunos exclusivamente no âmbito da educação especial (BRASIL, 2007).

Lopes (2013) relata que a acessibilidade é uma condição necessária, mas não suficiente para que a inclusão se efetive. Nesse sentido, o autor alerta para que possa se olhar para cada prática educacional, cada expressão que usamos para nomear o outro e as coloquemos sob suspeita. Palavras que significam tolerância, culpabilização do outro, padrões culturais hegemônicos, identidade estável, universalidade, multiculturalismo, exotismo, déficit, respeito, integração são alguns exemplos de expressões que devem ser problematizadas quando utilizadas para pensar a inclusão.

A inclusão como imperativo de Estado, mais do que se apresentar como algo que se impõe a todos, necessita contar com normativas para fazer valer e legislar sobre as práticas. Como imperativo temos que aceitar essa interpelação do Estado, mas como sujeitos desse tempo precisamos radicalizar a crítica, para que possamos analisar as condições de possibilidade para que os diferentes gradientes de inclusão sejam vividos e que a inclusão não seja entendida como um ponto de chegada, mas como um desafio permanente (LOPES, 2013, p. 110).

Lopes (2013) destaca que a inclusão deve ser vista como algo distinto da integração; inclusão como o oposto da exclusão; inclusão como sinônimo de adaptações arquitetônicas e pedagógicas; inclusão como conjunto de práticas que subjetivam os indi-

víduos e os conduzem a olhar para si e para os outros a partir de uma norma preestabelecida (no caso da sociedade moderna disciplinar) ou a partir de um normal estabelecido no interior de grupos ou comunidades (no caso da sociedade contemporânea de seguridade ou de normalização); inclusão como condição de vida em luta pelo direito de autorrepresentação, participação e autonomia; e como práticas sociais, culturais, educacionais e de saúde, entre outras, que visam à população que se quer conduzir.

A possibilidade de tornar a escola acolhedora às diferenças que seus alunos e suas alunas possam apresentar em relação ao que foi socialmente instituído, em termos de condições de aprendizagem, constitui-se em um dos principais desafios colocados para a educação (DINIZ, 2012).

A Escola Inclusiva está afinada com os direitos humanos, porque respeita e valoriza todos(as) os(as) alunos(as), cada um(a) com as suas características individuais. Além disso, é a base da sociedade para todos, que acolhe os sujeitos e se modifica para garantir que os direitos de todos(as) sejam respeitados (DINIZ, 2012).

Deste modo, conforme Diniz (2013) durante muitos anos a educação se pautou em estudos cuja centralidade era a normalidade, e consequentemente quem não se enquadrava em padrões de normalidade era considerado desviante. O declínio dos modelos biológicos de compreensão de identidades sociais propiciou a abertura dos modelos sociais e educacionais, permitindo o acolhimento às diferenças.

A escola no contemporâneo tem novas abordagens para o aprendizado de todos, sem exclusão, sendo acrescentado cada vez mais assistência, novos métodos e práticas, na busca de vencer as barreiras das dificuldades de aprendizagens e a promoção social dos alunos.

A educação inclusiva tem sido discutida em termos de justiça social, pedagogia, reforma escolar e melhorias nos programas. No que tange à justiça social, ela se relaciona aos valores de igualdade e de aceitação. As práticas pedagógicas em uma escola inclusiva precisam refletir uma abordagem mais diversificada, flexível e colaborativa do que em uma escola tradicional (PACHECO, 2007, p. 15).

As condições podem ser bastante variadas, mas apresentam a necessidade de auxílios ou serviços que vão possibilitar a participação no processo de aprendizagem. Em muitos casos, a oferta de materiais e equipamentos, as barreiras arquitetônicas, o mobiliário, a rede de comunicação, a logística, a metodologia, tudo faz parte dos aspectos necessários para que o processo de aprendizagem aconteça (CIRINO, 2016).

Logo, esse atendimento educacional inclusivo, conforme Bianchi (2017) faz-se necessário para que o professor consiga atender à sua demanda de alunos com qualidade, e porque é o tipo de profissional mais adequado para atender às especificidades do aluno especial, isso tudo sem segregá-lo no ambiente da escola regular, que é rico em relações humanas, e é o ponto de partida para combater preconceitos existentes na sociedade.

Bianchi (2017) então considera que, a principal diferença entre a integração e a inclusão é que integrar, é procurar inserir um aluno que anteriormente foi excluído, já incluir é não permitir que esta exclusão tenha ocorrido, ou seja, na inclusão o objetivo é que ninguém fique fora do contexto de ensino regular, desde o início de sua vida escolar.

Paula e Peixoto (2019) relata que a inclusão não é apenas colocar o aluno dentro da sala de aula regular, mas incluir em todas as atividades, propondo condições para que eles possam interagir, construindo novos conhecimentos de maneira própria e no tempo da criança, no qual a aprendizagem deve ser acompanhada pelo professor, bem como pela família, pois ambos se relacionam e enriquecem os conhecimentos adquiridos pelo aluno.

Paula e Peixoto (2019) conclui que o educador deve estar sempre em busca de novos conhecimentos, para enriquecer o desenvolvimento do aluno e o seu próprio. Para que a inclusão apresente o verdadeiro sentido, o professor deve transmitir conhecimentos, aceitar a realidade e adaptar-se a ela, desenvolver o aluno sempre com foco em seu potencial e habilidades preservadas, no qual realizar atividades lúdicas com as crianças com autismo, tais como jogos, recursos diversos, exercícios de concentração, pois só assim, o aluno irá significar as experiências dele em sala de aula e a partir de aí evoluir e sentir-se incluído.

Tecnologia no processo de Aprendizagem na Educação Inclusiva na infância

Conforme foram acontecendo reformas na educação, foram surgindo tecnologias, trazendo melhorias no desenvolvimento educativo, facilitando o acesso à informação.

A metodologia tecnológica ajudou no preparo das aulas dos professores, trazendo melhoria na educação.

Muitas escolas estão adaptadas com equipamentos como Tvs, Dvds, projetores, notebooks, lousa digital etc. Trocando métodos antigos como a lousa escrita a giz, scanners antigos, mimeógrafos.

Essas mudanças tiveram que adaptar-se dentro das escolas, preparar profissionais da educação.

Mas observadores acreditam que se internet, tablets, computadores, aplicativos e outras plataformas forem usadas para estimular a imaginação dos alunos e amparar o trabalho do professor, com objetivos claros, podem ter impactos positivos não apenas nas notas, mas no desenvolvimento de habilidades e no engajamento dos estudantes. (IDOETA, 2014)

Assim, a tecnologia tornou-se uma forma também para estimular os estudos e trazer o envolvimento melhor dos alunos.

Estudos indicam, também, que não adianta muito usar a tecnologia apenas por usar: projetos que não tenham objetivos claros e integração com o currículo escolar, vão agregar pouco ao aprendizado. (IDOETA, 2014)

Acessibilidade é tornar algo acessível e tomar medidas apropriadas que assegurem às pessoas com deficiências o acesso, em igualdade de oportunidades em relação às demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação. (SOUZA, 2011, p. 20).

O uso de tecnologias assistivas aliadas a um currículo adaptado e metodologias didático-pedagógicas que contemplem as necessidades individuais de cada pessoa com deficiência fazem da escola uma Instituição Inclusiva. (HANSEL, 2009, p. 25).

SOUZA (2011) apresenta como era considerada uma pessoa com deficiência:

Na Antiguidade, a economia fundamentava-se nas atividades de produção e comércio agrícola, pecuária e artesanato. A organização sociopolítica caracterizava-se essencialmente por dois grupos sociais: a nobreza que detinha o poder social, político, econômico e o povo, constituído por indivíduos considerados subumanos, dependentes economicamente e de propriedade dos nobres. Neste contexto, a pessoa com deficiência era exterminada por meio do abandono, o que não representava um problema de natureza ética ou moral. (SOUZA, 2011, p. 23).

As pessoas com deficiência não tinham consideração na sociedade.

Mas na Idade Média isso mudou um pouco de figura devido à religião:

Na Idade Média, com o advento do cristianismo e o fortalecimento da Igreja Católica, surge no cenário político um novo segmento: o clero, assumindo cada vez mais o poder político, social e econômico. Deste modo, as pessoas com deficiência, em razão dos princípios cristãos, não mais podiam ser exterminadas e passaram a ser consideradas criaturas de Deus com a premissa do amor incondicional, merecendo tolerância. Entretanto, muitas acabavam ignoradas à própria sorte, eram consideradas incontroláveis e impossibilitadas de cultivar a terra, de tecerem, produzirem objetos, ficando então dependente de boa vontade e da caridade humana. (SOUZA, 2011, p. 23)

Após esse tempo, foram desenvolvendo os tempos e avançando a medicina: No século XVII, com os avanços da medicina, as deficiências passam a ser compreendidas e tratadas a partir de uma visão orgânica. Concomitante, surgem as primeiras ações de ensino, com base nas teorias de estimulação, que ganham mais força a partir do século XVIII. (SOUZA, 2011, p. 24).

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação, constituindo um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2005).

De acordo com Mosqueira (2012) para atender ao aluno especial, a escola inclusiva precisa de algo mais do que apenas fornecer conteúdos, necessita além de transmitir conhecimentos, encaminhar propostas criativas e interessantes que diversifiquem as formas de aprendizagem. “Talvez seja esse um dos grandes problemas da escola inclusiva no Brasil: um currículo conflitante, sem uma proposta clara.” (MOSQUEIRA, 2012, p. 122).

Os professores “inclusivos” precisam conhecer as crianças na sua totalidade, suas diferenças, seu ambiente, suas necessidades. Precisam saber da importância das interações e relações entre os sistemas que têm uma influência direta ou indireta na educação. (MOSQUEIRA, 2012, p. 86).

Desta forma, segundo o autor, os alunos com necessidades especiais devem sujeitar-se a interdisciplinaridade para o reaproveitamento das suas limitações, onde o ensino inclusivo não pode permitir que o aluno com dificuldades de aprendizagem, como qualquer outro aluno, submeta-se a aprovação em algumas disciplinas para evolução nas séries escolares.

Os processos de inclusão estão em toda parte, no qual fala-se em inclusão digital, social, habitacional, econômica, comunicacional, política, entre outras formas de inclusão. Nas três últimas décadas, a inclusão se transformou em um dos discursos mais atuais e discutidos. Entre as várias áreas em

que têm sido experimentados projetos de inclusão destaca-se a dificuldade presente no campo educacional (CIRINO, 2016).

Assim, segundo Mosqueira (2012), a polêmica não está na capacitação dos professores para o ensino inclusivo, mas a principal questão da educação especial na perspectiva inclusiva é saber como a criança cega e/ou com outra deficiência inicia o processo de alfabetização, quais suas condições psicomotoras, afetivas e sociais. O maior problema do professor da escola regular é não saber reeducar uma criança que possui séries de limitações.

A formação, de acordo com Diniz (2012) não é algo meramente procedente ao fazer pedagógico, ela vai acontecer nos cursos de formação e de licenciatura, mas somente no próprio trabalho que ela se configura, é onde o profissional cria formas definitivas. "A configuração do(a) profissional da educação se dá, portanto, em seu cotidiano. Com base nos conflitos que vivencia em sua prática diária é que o(a) professor(a) elabora e reelabora teorias, constrói novos saberes, novos saber-fazer." (DINIZ, 2012, p. 28).

A inclusão, conforme Martinez e Tacca (2011) não vai acontecer por uma transformação do olhar humano, levado para uma evolução da consciência, pelas habilidades desenvolvidas, pelos recursos tecnológicos que teve acesso e poder enxergar no outro a sua semelhança, sustentando uma exclusão e criando barreiras.

Alguns autores afirmam que as TAs (Tecnologias Assistivas) são importantes aliadas no processo de ensino/aprendizagem dos alunos, dando auxílio e aprimoramento, ampliando suas habilidades para que possam superar suas limitações de acesso ao conhecimento (Manzini, 2005; Manzini; Deliberato, 2007; Brasil, 2006; Pelosi, 2009 Apud TARTUCI; FLORES; SILVA, 2021).

Os profissionais que atuam na escola devem identificar as necessidades especificas do aluno com deficiência, considerando suas habilidades físicas, cognitivas, sensoriais e comunicativas; de modo que o planejamento do professor consiga eliminar as barreiras de acesso ao conhecimento destes sujeitos, sendo a TA uma estratégia potencial para atingir tal objetivo (PELOSI, 2009; ROCHA, 2010; ROCHA DELIBERATO, 2009 Apud TARTUCI; FLORES; SILVA, 2021, p. 13).

Deste modo, conforme mencionam os autores acima, a TA deve ser entendida como todo auxílio que promove a ampliação de uma habilidade deficitária ou que possibilite a realização de determinada função desejada e que se encontra impedida devido à deficiência ou ao envelhecimento, proporcionando a estas pessoas mais autonomia nas atividades de vida diária, na mobilidade, no trabalho e na aprendizagem.

3. CONCLUSÃO

A educação infantil é uma modalidade que já exige capacidade do docente para avaliar e trabalhar o desenvolvimento. Quando se trata de inclusão, docentes precisam sempre de formações continuadas, além do conhecimento de muitas práticas pedagógicas que auxiliam o desenvolvimento infantil.

O termo "educação inclusiva" refere-se frequentemente a experiências de ensino e aprendizagem concebidas para apoiar os as crianças com deficiência ou necessidades adicionais de participação e aprendizagem. A educação inclusiva é uma maneira eficiente de dar a todas as crianças a chance de estar em uma sala de aula regular para aprender e desenvolver suas habilidades.

As políticas de inclusão apontam as responsabilidades educacionais para o corpo docente, que se sente desamparado, sem recursos, para cumprir as especificidades de aprendizagem da educação especial.

Educação inclusiva significa que todas as crianças são educadas em salas de aula regulares, no qual cada criança tem um modo de aprender subjetivo. As políticas Públicas devem fornecer o máximo de apoio necessário para crianças, professores e salas de aula para garantir que todas as crianças possam participar de suas escolas e aulas.

A tecnologia assistiva pode ajudar os professores a fornecer ensino e aprendizagem acessíveis a todos os alunos. A tecnologia assistiva oferece suporte a alunos com diversas necessidades de aprendizado em um ambiente de aprendizado inclusivo: fornecendo informações aos alunos de uma maneira mais adequada às suas necessidades, assim, possibilita uma forma de trabalhar com ferramentas práticas para a aplicação dos princípios da teoria cognitiva ao ensino e aprendizagem, a tecnologia assistiva conecta as habilidades cognitivas do aluno a uma oportunidade educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais Para Educação Especial na Educação Básica. Secretaria de Educação Especial. MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. Inclusão: Revista da Educação Especial. Brasília: Secretaria da Educação Especial, 2005.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC/SEESP, 2007.

CAMARA, Suzana Aparecida dos Santos. Psicologia da Aprendizagem. São Paulo:

Pearson, 2015.

CIRINO, Giovanni. A inclusão social na área educacional. Cengage Learning. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2016.

DINIZ, Margareth. Inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas: avanços e desafios. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

IDOETÁ, Paula Adamo. Dez tendências da tecnologia na educação. Disponível em http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/12/dez-tendencias-da-tecnologia-na-educacao.html Acesso em Mar de 2024

LOPES, Maura Corcini. Inclusão & Educação. Belo horizonte: Autêntica Editora, 2013. (Coleção Temas & Educação).

MARTÍNEZ, Albertina Mitjáns. TACCA, Maria Carmen Villela Rosa. POSSIBILIDADES DE APRENDIZAGEM: Ações Pedagógicas para alunos com dificuldade e Deficiência. Campinas, SP: Alínea, 2011.

MOSQUEIRA, Carlos Fernando França. Deficiência visual na escola inclusiva. Curitiba: Ibpex, 2010.

OLIVEIRA, Alessandra Mara. LINGUAGENS DA ARTE E CRIANÇAS PEQUENAS: uma leitura da produção da anped. Joaçaba: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de (org). O trabalho do professor na Educação Infantil. São Paulo: Biruta, 2012.

PACHECO, José. Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar; tradução Gisele Klein. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Artmed, 2007

PAULA, Jessyca Brennand de; PEIXOTO, Mônica Ferreira. A inclusão do aluno com autismo na educação infantil: desafios e possibilidades. Cadernos da Pedagogia, v. 13, n. 26, p. 31-45, Out/Dez 2019

PEREIRA, Morgana Rocho. As linguagens da arte na infância: refletindo sobre o cotidiano da criança. CRICIÚMA – SC: Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, 2011.

SOUZA, Moacir de Educação Inclusiva; Histórias, Concepções e Políticas Públicas; Secretaria da Educação de Guarulhos Setembro 2011.